

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

CADERNO DE ENCARGOS

Convite Nº 3/IPV-AQ/2023

Fornecimento de gás natural em regime de mercado livre para o Instituto Politécnico de Viseu

(No âmbito do procedimento para celebração de contrato ao abrigo de acordo quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental - AQ-GN 2022)

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU
Av^a José Maria Vale de Andrade
Campus Politécnico
3504-510 VISEU
telefone nº 232480700
email: ipv@sc.ipv.pt

**julho
2023**

Índice

PARTE I – do contrato

Artigo 1.º - objeto
Artigo 2.º - definições
Artigo 3.º - forma e documentos contratuais
Artigo 4.º – duração do contrato
Artigo 5.º – obrigações mínimas do adjudicatário
Artigo 6.º – obrigações da entidade adjudicante
Artigo 7.º – patentes, licenças e marcas registadas
Artigo 8.º – alterações ao contrato
Artigo 9.º – cessão da posição contratual
Artigo 10.º – Proteção de dados pessoais
Artigo 11.º - preço base
Artigo 12.º – preço e condições de pagamento
Artigo 13.º – boa-fé
Artigo 14.º – uso de sinais distintivos

PARTE II - especificações técnicas

Artigo 15.º - conformidade e operacionalidade dos bens
Artigo 16.º - aceitação do fornecimento

PARTE III – disposições finais

Artigo 17.º - garantia
Artigo 18.º - local e prazo
Artigo 19.º - sanções
Artigo 20.º - resolução sancionatória por incumprimento contratual
Artigo 21.º - Execução da caução
Artigo 22.º - Comunicações e notificações
Artigo 23.º - cláusula arbitral e foro competente
Artigo 24.º - direito aplicável

ANEXO: Histórico dos consumos

Convite n.º 3/IPV-AQ/2023 - Fornecimento de gás natural em regime de mercado livre para o Instituto Politécnico de Viseu

Parte I
Do contrato

Artigo 1.º

Objeto

1 - O presente caderno de encargos tem por objeto o fornecimento de gás natural para as instalações em Viseu e Lamego do Instituto Politécnico de Viseu referentes ao Lote 1 – Baixa pressão ao abrigo do “Acordo-Quadro (AQ-GN-2022) para o fornecimento de gás natural em regime de mercado livre para Portugal Continental”, celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (ESPAP, I.P.).

2 – O prazo do contrato inicia-se após a ativação do primeiro ponto de entrega com a duração de seis meses, podendo ser automaticamente renovado por períodos iguais se nenhuma das partes o denunciar com uma antecedência mínima de sessenta dias úteis em relação ao seu termo.

3 – Prazo máximo contratual é de três anos.

4 – As instalações a fornecer de gás natural são as seguintes:

LOTE 1: Instituto Politécnico de Viseu

* ESTGV - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu

CUI: PT1603000003302232YP

NIF: 680033548

* SC - Serviços Centrais

CUI: PT1603000003324836TA

NIF: 680033548

* Balneários Desportivos do Campus

CUI: PT1603000003310836NX

NIF: 680033548

* ESEV - Escola Superior de Educação de Viseu, sito na Rua Serpa Pinto – Viseu

CUI: PT1603000004131613WD

NIF: 680033548

* ESAV - Escola Superior Agrária de Viseu, sito na Quinta da Alagoa sito na Estrada Viseu – Nelas

CUI: PT1603000003349035VY

NIF: 680033548

LOTE 2: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viseu

* Residências de Estudante em Viseu (RE'S)

CUI: PT1603000003325036PL

NIF: 600044742

* Snack-Bar da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, sito na Av. Visconde Guedes Teixeira – Lamego

CUI: PT1603000003358333FN

NIF: 600044742

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adoptam-se as seguintes definições:

CCP – Códigos dos Contratos Públicos;

Contrato – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário nos termos do presente caderno de encargos;

ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP, criada pelo Decreto-Lei n.º 117-A/2012 de 14 de junho, e que sucede à Agência Nacional de Compras Públicas, EPE (ANCP) nas suas atribuições e competências, cf. Artigos 21.º e 22.º do diploma atrás referido;

Acordo Quadro – “Acordo-Quadro (AQ-GN-2022) para o fornecimento de gás natural em regime de mercado livre para Portugal Continental” ao abrigo do qual se disciplina o presente procedimento pré-contratual e a relação contratual dele resultante;

Órgão competente para a decisão de contratar – Presidente do Instituto Politécnico de Viseu;

Agrupamento de entidades adjudicantes - Instituto Politécnico de Viseu e Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viseu;

Adjudicatário – Entidade convidada a quem se adjudica a execução do contrato.

Artigo 3.º

Forma e documentos contratuais

1- O contrato será reduzido a escrito.

2- Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:

- a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do Acordo Quadro.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

5- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Artigo 4.º

Duração do contrato

1- O prazo do contrato inicia-se após a ativação do primeiro ponto de entrega e com a duração de seis meses, podendo ser renovado automaticamente se nenhuma das partes o denunciar, com uma antecedência mínima de sessenta dias úteis em relação ao seu termo, por períodos iguais até ao máximo de três anos.

2 – O contrato poderá ser ainda excecionalmente prorrogado até se reunirem as condições legais e regulamentares de acesso aos pontos de entrega pelo próximo adjudicatário para o mesmo serviço.

3 – À prorrogação excecional prevista no número anterior, os preços de energia poderão ser alvo de atualização de acordo com a expressão matemática prevista no nº3 do artigo 19º do caderno de encargos do respetivo acordo-quadro.

Artigo 5.º

Obrigações mínimas do adjudicatário

1 - Para além das previstas no CCP, constituem obrigações dos cocontratantes:

- a) Cumprir todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
- b) Comunicar à ESPAP, I.P., qualquer facto que ocorra durante a execução do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas para a gestão do Acordo Quadro;
- c) Comunicar à ESPAP, I.P., e às entidades adquirentes a nomeação do gestor de contrato responsável pela gestão do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao abrigo do mesmo, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação com uma antecedência mínima de 5 dias;
- d) Reportar à ESPAP, I.P., com a periodicidade, nos moldes a através dos canais que venham a ser definidos pela ESPAP, I.P., a informação relativa à execução contratual de todos os contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, designadamente, a identificação das entidades, os códigos universais de instalação (CUI), as moradas das entidades e dos CUI, os níveis de pressão, os escalões de consumo e os

montantes faturados em períodos a definir pela ESPAP, I.P. bem como a restante informação contida na faturação, nos termos do Anexo A ao presente Caderno de Encargos, acrescida de informação estatística a definir;

e) Comunicar às entidades compradoras vinculadas e voluntárias do SNCP, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;

f) Para efeitos de habilitação nos procedimentos de aquisição ao abrigo do Acordo Quadro, manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação para consulta por parte das entidades adquirentes no CNCP ou outro sistema a disponibilizar pela ESPAP, I.P. e de acordo com procedimento a definir por esta;

g) Produzir e enviar relatórios de faturação à ESPAP, I.P., nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, retificando-os sempre que sejam detetadas irregularidades nos valores apresentados;

h) Remunerar a ESPAP, I.P., nos termos previstos no artigo 9.º do presente Caderno de Encargos;

i) Sempre que solicitado pela ESPAP, I.P., disponibilizar declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do Acordo Quadro;

j) Fornecer gás natural em regime de mercado livre para Portugal Continental, conforme as condições definidas no presente Acordo Quadro e demais documentos contratuais;

k) Apresentar proposta a todos os procedimentos de consulta desencadeados ao abrigo do Acordo Quadro, com preço igual ou inferior aos preços unitários estabelecidos no presente Acordo Quadro e que se encontram publicados no CNCP;

l) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às propostas, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais.

m) Manter sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos direta e indiretamente relacionados com o objeto do contrato celebrado, bem como tratar como confidencial toda a informação e documentação a que tenham acesso no âmbito da sua execução, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam, excluindo-se todos os assuntos ou conteúdos de documentos que, por força de disposição legal, tenham de ser publicitados ou sejam do conhecimento público.

2 - Para além das obrigações referidas no número anterior, os cocontratantes inserem no CNCP ou em sistema alternativo a disponibilizar pela ESPAP, I.P., informações técnicas e demais informações relativas ao objeto que integra o Acordo Quadro, incluindo atualizações que possam ocorrer relativamente à oferta, taxas, tarifas e impostos de modo a que estas possam ser consultadas por todas as entidades adquirentes do SNCP, estando a presente informação sujeita a aprovação prévia pela ESPAP, I.P..

Artigo 6.º

Obrigações da entidade adjudicante

1 - Constituem obrigações das entidades adquirentes:

a) Efetuar os procedimentos aquisitivos segundo as regras definidas no presente Acordo Quadro;

b) Designar, ao abrigo do disposto no artigo 290.º-A do CCP, um gestor de contrato, responsável pela monitorização dos contratos celebrados ao abrigo do presente Acordo Quadro, bem como comunicar aos cocontratantes com quem tenham celebrado contrato quaisquer alterações a essa designação;

c) Reportar à ESPAP, I.P., até 20 dias úteis após a adjudicação, toda a informação que seja solicitada relativa aos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, nomeadamente os preços adjudicados e os pagamentos efetuados, assim como informação relativa à prestação efetiva dos serviços ou entrega dos bens a adquirir, no prazo que vier a ser definido pela ESPAP, I.P.;

d) Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento dos níveis de serviço definidos no artigo 15.º;

e) Reportar os resultados da monitorização referida na alínea anterior e comunicar, em tempo útil, à respetiva UMC, à entidade agregadora ou à ESPAP, I.P. os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do Acordo Quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo;

2 - A informação referida na alínea c) do número anterior deve ser enviada através de relatórios de contratação elaborados e remetidos em conformidade com o modelo e processo definidos pela ESPAP, I.P.

Artigo 7.º

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Artigo 8.º

Alterações ao contrato

1- Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2- O contrato pode ser alterado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse público.

3- A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 9.º

Cessão da posição contratual

Os prestadores de serviço podem ceder ou subcontratar nos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro mediante autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante e nos termos do CCP.

Artigo 10.º

Proteção de dados pessoais

1 - O cocontratante obriga-se a cumprir o disposto na legislação nacional em vigor, relativa à proteção de dados pessoais, bem como o disposto no Regulamento Europeu Geral sobre Proteção de Dados, à proteção da privacidade no sector de comunicações eletrónicas, mantendo em total confidencialidade os dados pessoais ("Dados"), cujo acesso lhe tenha sido concedido pelo contraente público, no âmbito da execução do presente contrato.

2 - Os dados pessoais a que o cocontratante tenha acesso, ou que lhe sejam cedidos pelo contraente público ao abrigo da execução do presente contrato, serão tratados com a estrita observância de todas as disposições aplicáveis de direito nacional e europeu, que protejam os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada, no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais.

3 - Paralelamente, o cocontratante obriga-se a atuar de acordo com as instruções que lhe forem transmitidas pelo contraente público, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais de terceiros.

4 - O cocontratante obriga-se, por si e através dos seus colaboradores, a cumprir com as disposições legais que digam respeito à proteção de dados e que lhes sejam legalmente aplicáveis, obrigando-se a informar todos aqueles, sobre os quais tenham a direção, sobre a abrangência da confidencialidade dos dados. Compromete-se, designadamente a não tratar os dados a que tem acesso, de forma incompatível com a finalidade que justificou a recolha junto ao titular, nem a copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir ou divulgar a terceiros, sem que para tal tenha sido expressamente autorizado, por escrito, pelo contraente público.

5 - O cocontratante obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e organizacionais adequadas à segurança e privacidade dos dados pessoais por si guardados, utilizados e armazenados, e à livre circulação dos dados tratados no âmbito e para execução das atividades do presente contrato devendo, em especial:

- a) Proteger os sistemas de processamento de dados por si utilizados, contra o acesso de pessoas não autorizadas, bem como contra ataques, independentemente da sua natureza, pelos próprios colaboradores ou terceiros ou ainda contra destruição ou perdas acidentais;
 - b) Garantir a posterior verificação e determinação sobre se e quem inseriu, alterou ou eliminou dados pessoais em sistemas de processamento de dados, no caso de uma ocorrência deste tipo.
 - c) Garantir a confidencialidade, a integridade, e a disponibilidade, dos dados pessoais.
 - d) Conforme já previsto no nº 2, o tratamento de dados a realizar, deve ser efetuado apenas de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados (o contraente público).
 - e) Apagar ou devolver (consoante a escolha do responsável pelo tratamento), todos os dados pessoais, depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for legalmente exigida.
 - f) No caso de subcontratação devidamente autorizada, o cocontratante deve obter a autorização expressa para o efeito do responsável pelo tratamento, ficando o subcontratante sujeito às mesmas obrigações do cocontratante, devendo o acordo entre ambos deter os mesmos requisitos de forma.
- 6 - O cocontratante, garante apoio ao responsável pelo tratamento em caso de exercício de direitos pelos titulares.
- 7 - O cocontratante presta assistência ao responsável pelo tratamento, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações que sobre ele recaem (segurança, notificações de violações de segurança, avaliações de impacto).
- 8 - O cocontratante colabora nas auditorias levadas a cabo pelo responsável pelo tratamento e garante que responderá, em prazo razoável, e na medida do possível, às questões da autoridade de controlo, relativas ao tratamento de dados pessoais que este contrato projeta e a qualquer pedido de informação do titular dos dados quanto ao tratamento.
- 9 - O cocontratante, obriga-se a despoletar o procedimento de notificação à Autoridade de Controlo Nacional, em caso de violação de dados pessoais, no prazo máximo de 72 h, após tomar conhecimento ou, posteriormente, com a devida justificação do atraso na comunicação.
- 10 - Sempre que o tratamento de dados pessoais por si efetuado, envolva categorias especiais de dados, os titulares dos dados são informados de que os seus dados são alvo de operação, que consubstancia um tratamento de dados, da finalidade e da respetiva condição de legitimidade.
- 11 - O cocontratante é responsável por quaisquer danos causados ao titular dos dados e ao contraente público, enquanto responsável pelo tratamento de dados, por si e /ou dos seus colaboradores, decorrente de incumprimento de legislação em vigor relativa à proteção de dados pessoais, do Regulamento Geral de Proteção de Dados, bem como do presente contrato ou se não tiver seguido as instruções lícitas do contraente público, conforme disposição referida no n.º 3.
- 12 - Para efeitos do disposto nos números 4 e 11 da presente cláusula, entende-se por “colaboradores” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao próprio cocontratante incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o referido cocontratante e o referido colaborador.

Artigo 11.º

Preço base

- 1 - O valor para efeito do **preço base anual e valor contratual anual** do procedimento é de **178.100,00 € (cento e setenta e oito mil e cem euros)**, ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado, sendo este o preço máximo que as entidades adjudicantes, se dispõem a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar.
- 2 – Valor anual previsível por instalação:
- **LOTE 1:** Instituto Politécnico de Viseu: 67.400,00 € (sessenta e sete mil e quatrocentos euros) + iva.
 - * Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu – 37.000,00 €
 - * Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Viseu – 8.000,00 €
 - * Balneário Desportivos – 2.400,00 €
 - * Escola Superior de Educação de Viseu – 11.000,00 €

* Escola Superior Agrária de Viseu – 9.000,00 €

- **LOTE 2** - Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viseu: 110.700,00 € (cento e dez mil e setecentos euros) + iva.

* Residências de Estudantes – 110.000,00 €

* Snack-Bar da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego – 700,00 €.

3 - Não podem apresentar preços de energia ativa superior ao publicados no CNCP.

4 – O preço base foi obtido através de verificação dos preços unitários atuais.

5 - As importâncias a faturar nos anos 2023, 2024, 2025 e 2026 poderão ser acrescidas do saldo apurado no ano que antecede ou vice-versa.

6 – As quantidades previstas são estimadas não se vinculando a instituição a esses valores.

Artigo 12.º

Preço e condições de pagamento

1 – A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário os valores do gás natural consumido e constantes na proposta adjudicada, assim como, os restantes valores incluídos na fatura que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras.

2 - O adjudicatário emitirá mensalmente faturas por instalação (7 faturas/mês).

3 - As quantias devidas ao adjudicatário, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pelo Instituto Politécnico de Viseu da respetiva fatura.

4 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após o fim do prazo mencionado no número anterior e aceitação pelo Instituto Politécnico de Viseu.

5 - Em caso de discordância por parte do Instituto Politécnico de Viseu, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária, ou outro meio que se achar conveniente.

7 - O Instituto Politécnico de Viseu, está obrigado ao pagamento de juros moratórios pelo atraso nos pagamentos das faturas aceites, no período correspondente à mora, nos termos do disposto no art.º 806.º do Código Civil.

8 – Se existir a aplicação de penalidades por incumprimento contratual do adjudicatário, o valor apurado será descontado na fatura relativa ao período em que se deu o fato que originou a sua aplicação e/ou nas faturas subsequentes.

9 - Os preços de energia ativa constante dos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro não serão alvo de atualização, exceto na situação excecional de prorrogação apontada no nº4 do artigo 4º deste caderno de encargos, se tal se justificar.

Artigo 13.º

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 14.º

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Parte II

Especificações técnicas

Artigo 15.º

Conformidade e operacionalidade do fornecimento

1- O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os fornecimentos objeto do contrato em conformidade com o caderno de encargos do acordo-quadro com as especificações do presente caderno de encargos.

- 2- Os fornecimentos objeto do contrato devem ser efetuados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material/serviço de apoio necessário ao seu fim.
- 3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade do bem fornecido.
- 4- O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos fornecimentos objeto do contrato que existam no momento em que o fornecimento lhe for entregue.
- 5 – O adjudicatário deverá efetuar o fornecimento às instalações contratadas, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, as características técnicas e ambientais mínimas.

Artigo 16.º

Aceitação do fornecimento

- 1- A entidade adjudicante aceita os fornecimentos quando não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias em relação às características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos do acordo-quadro e as especificações do presente caderno de encargos, bem como em relação aos registos das contagens.
- 2- A aceitação dos fornecimentos não isenta o adjudicatário das obrigações relativas aos bens entregues, nos termos da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do adjudicatário e do produtor e aos direitos do consumidor.

Artigo 17.º

Garantia

O adjudicatário obriga-se a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos, de acordo com a legislação em vigor, designadamente no Regulamento de Relações Comerciais, no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento Tarifário.

Artigo 18º

Local e prazo

- 1- O fornecimento objeto do contrato será disponibilizado nos seguintes locais (Viseu e Lamego):

LOTE 1: Instituto Politécnico de Viseu

- * ESTGV - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu

CUI: PT1603000003302232YP

NIF: 680033548

- * SC - Serviços Centrais

CUI: PT1603000003324836TA

NIF: 680033548

- * Balneários Desportivos do Campus

CUI: PT1603000003310836NX

NIF: 680033548

- * ESEV - Escola Superior de Educação de Viseu, sito na Rua Serpa Pinto – Viseu

CUI: PT1603000004131613WD

NIF: 680033548

- * ESAV - Escola Superior Agrária de Viseu, sito na Quinta da Alagoa sito na Estrada Viseu – Nelas

CUI: PT1603000003349035VY

NIF: 680033548

LOTE 2: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viseu:

- * Residências de Estudante em Viseu (RE'S)

CUI: PT1603000003325036PL

NIF: 600044742

- * Snack-Bar da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, sito na Av. Visconde Guedes Teixeira – Lamego

CUI: PT1603000003358333FN

NIF: 600044742

2- O prazo do contrato inicia-se após a ativação do primeiro ponto de entrega e com a duração de um ano, podendo ser renovado se nenhuma das partes o denunciar ano a ano até ao máximo de mais dois anos.

Parte III

Disposições finais

Artigo 19.º

Sanções

1 - O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos previstos a que se refere o nº2 do artigo 5º deste caderno de encargos.

2 - O valor e a forma das sanções a aplicar são as previstas nos regulamentos referidos.

3 - Sem prejuízo das sanções que sejam fixadas nos termos previstos no número anterior, o IPV deve aplicar, pelo incumprimento do disposto na alínea e) artigo 16.º do caderno de encargos do Acordo-Quadro, uma sanção de até 10 % do preço contratual anual.

4 - O valor das sanções pecuniárias pode ser deduzido na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.

Artigo 20.º

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

1- O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato, nos termos do acordo-quadro.

2- A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Cláusula 21.ª

Execução da caução

1 - A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Convite, é de 5 % do valor contratual, com exclusão do IVA.

2 - Esta pode ser executada pelo Instituto Politécnico de Viseu, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

3 - A resolução do contrato pelo Instituto Politécnico de Viseu não impede a execução da caução, contando que para isso haja motivo.

4 - A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação do Instituto Politécnico de Viseu para esse efeito.

5 - A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do n.º 4 do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 22.º

Comunicações e notificações

1 - Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.

2 - Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

LOTE 1: Instituto Politécnico de Viseu

Sede: Avenida Coronel José Maria Vale de Andrade, s/nº

3504-510 Viseu

Telefone 232480700; Fax 232480750

Correio eletrónico ipv@sc.ipv.pt

LOTE 2: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viseu

Sede: Avenida Coronel José Maria Vale de Andrade, s/nº

3504-510 Viseu

Telefone: 232469703, Fax: 232480790

Email: sas@sc.ipv.pt

Artigo 23.º**Cláusula arbitral e foro competente**

1- Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.

2- A arbitragem será realizada por Tribunal Arbitral, composto por três árbitros, sendo um escolhido pela entidade adjudicante, outro pelo adjudicatário e um terceiro, que presidirá, escolhido pelos dois árbitros anteriores.

3- A nomeação dos árbitros pelas partes deverá ser feita no prazo de 15 (quinze) dias a contar da recepção, por escrito, do pedido de arbitragem.

4- Na falta de acordo, o árbitro presidente será designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo do Norte a requerimento de qualquer das partes.

5- Se decorrerem mais de 3 (três) meses sobre a data da indicação do primeiro árbitro sem que o Tribunal Arbitral esteja constituído, pode qualquer das partes recorrer aos tribunais administrativos, considerando-se, então, devolvida a jurisdição a esses tribunais.

6- Se não houver acordo quanto ao objeto do litígio, o mesmo será o que resultar da petição da parte demandante e da resposta da parte demandada, se a houver, sendo fixado pelo árbitro presidente.

7- O Tribunal Arbitral funcionará nos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Viseu e julgará segundo a equidade, devendo a respetiva decisão ser proferida no prazo de 3 (três) meses a contar do termo da instrução do processo.

8- Das decisões do Tribunal Arbitral cabe recurso nos termos gerais do direito.

9 - Em tudo o omissa é aplicável o disposto na Lei n.º 63/2011 de 14 de dezembro e as disposições do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Artigo 24.º**Direito aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do respetivo acordo-quadro e do CCP.

Instituto Politécnico de Viseu, em ____ de julho de 2023

O Presidente do Instituto Politécnico de Viseu,

(Professor Doutor José dos Santos Costa)

Em suplência

ANEXO

HISTÓRICO DOS CONSUMOS

Abastecimento (m3)	2022												2023				
	jan	fev	março	abril	maio	junho	julho	agosto	set	out	nov	dez	jan	fev	março	abril	maio
Serv. Centrais	1308	1135	1418	412	0	0	0	0	2	0	297	1002	1148	1312	243	0	0
Balneários	11	17	31	112	93	89	63	81	82	99	108	148	140	155	141	102	104
Residências	8476	6798	9515	6771	3722	2988	2090	2206	2707	3683	5571	8565	8482	9663	7110	3717	3493
ESEV	3361	3593				91	19				1	1141	1992	445	1845	108	
ESAV	1341	961	1337	558	147	105	28	8	43	75	725	910	1272	839	544	143	88
ESTGV	6921	5171	7657	3698	1303	841	570	665	844	870	1489	1614	4108	4446	3133	879	836
ESTGL			31				106			50	39	39	22		38		84
	21418	17675	19989	11551	5265	4114	2876	2960	3678	4777	8230	13419	17164	16860	13054	4949	4605
	115952												56632				